



As relações raciais no Brasil no discurso do jornal *O Globo*¹

Rachel Pereira de Mello²

Universidade de Brasília, Brasília, DF

Resumo

Com o intuito de compreender se e como o discurso do jornal *O Globo*, e especificamente o discurso de opinião do jornal, atualiza o discurso hegemônico sobre as relações raciais no Brasil. Usando a Análise do Discurso como seu instrumental metodológico, este trabalho identifica quatro estratégias discursivas sobre as relações raciais brasileiras, desde a formação do Estado-nação brasileiro, e busca ecos e vestígios dos enunciados dessas estratégias no discurso de opinião do jornal *O Globo*.

Palavras-chave

Jornalismo; análise do discurso; relações raciais.

Introdução

Saber, consiste, pois, (...) em fazer tudo falar.
Michel Foucault

Este artigo insere-se em dois campos de investigação: o do estudo do jornalismo e o do estudo da linguagem e, dentro desta, do discurso. O jornalismo é entendido como uma prática discursiva e o discurso, por sua vez, uma prática social.

Nosso foco é o discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Nossa pesquisa está ancorada no fato de que o Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo, depois da Nigéria. Numa população total de mais de 169 milhões de pessoas, 75,8 milhões autodeclararam-se negros³.

As relações raciais estão entre os temas políticos e sociais de importante presença na agenda pública brasileira na atualidade.

Assumindo uma leitura do discurso como proposta por Michel Foucault, concebemos que há uma ordem de discurso sobre as relações raciais no Brasil. Uma ordem que existe por meio da linguagem, uma teia que “em suas casas brancas, se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada” (FOUCAULT, 2007, p. XVI).

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém-mestre do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (data da defesa: 5 de junho de 2009), email: rachsmello@gmail.com.

³ Segundo a classificação oficial do IBGE, “negros” é a soma dos que se autodeclararam, de forma induzida, pretos ou pardos. Dados do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, in <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 13 fev.2009.



A pergunta que nos norteia aqui, como norteou a pesquisa de mestrado que subsidia este artigo, é se e como o discurso midiático, e mais especificamente o discurso midiático de opinião, ecoa esse discurso sobre as relações raciais no Brasil?

Este trabalho tem caráter exploratório. Traz alguns dos achados da pesquisa de mestrado realizada na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, na linha de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da professora-doutora Dione Oliveira Moura. Procura somar-se aos estudos de jornalismo que se debruçam sobre a linguagem e o discurso, como lentes de interpretação de nosso mundo, mas também como práticas sociais que criam e transformam realidades.

O conceito das relações raciais

Neste artigo, vamos trabalhar com o conceito de *relações raciais*.

Nosso conceito-base sobre relações raciais vem do historiador brasileiro Joel Rufino dos Santos. Para Santos, “parece indiscutível, à luz da ciência, que no caso dos seres humanos não haja raças. (...) Não há raças e entretanto há relações raciais. Paradoxo? Não. Na realidade, a expressão relações raciais acoberta outras relações” (SANTOS in MAIO & SANTOS, 1996, p. 219).

Usamos ainda o conceito de relações raciais do sociólogo francês Michel Wieviorka, que baseia-se na tradição intelectual e política anglo-saxônica: “La race, dans cette perspective, est une construction sociale et politique, fondée sur des attributs phénotypiques, à partir de laquelle se jouent des rapports entre des groupes” (WIEVIORKA, 1998, p. 26)⁴.

A análise do discurso

Usaremos neste artigo o instrumental teórico da Análise do Discurso (AD). Nossa proposta não é descobrir o que um texto quer dizer, mas como esse texto significa. Para isso, entendemos que discurso é percurso, movimento. “O discurso é, ao mesmo tempo, efeito de filiações, mas também trabalho de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, in ORLANDI, 1990, p. 57).

Esses deslocamentos fazem com que o discurso seja “a língua fazendo sentido” (ORLANDI, 1999, p. 15), a mediação entre o homem e a realidade.

⁴ “A raça, dentro dessa perspectiva, é uma construção social e política, fundada sobre os atributos fenotípicos, a partir da qual se jogam as relações entre os grupos” (em versão livre de minha autoria).



O jornalismo e a prática disciplinar da Análise do Discurso

A compreensão do jornalismo como prática da linguagem e do discurso, a partir de uma visão tridimensional que leva em conta o texto jornalístico, sua prática discursiva e sua prática social (FAIRCLOUGH, 2001), imprime aos estudos do jornalismo um foco que não se sobrepõe ao enquadramento sociológico, mas o supera, no sentido de olhá-lo além. Logo, um olhar que o enriquece.

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente, capta, transforma e divulga acontecimentos opiniões e idéias da atualidade – ou seja lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado a leitura desses mesmos fatos.

(MARIANI in ORLANDI, 2003, p. 33)

O caminho

Para entendermos se e como se e como o discurso midiático sobre as relações raciais ecoa e atualiza o discurso histórico sobre as relações raciais, partimos do princípio de investigação de que é possível construir uma memória do discurso sobre relações raciais no Brasil e, a partir da identificação de diferentes estratégias discursivas sobre o tema buscar tais ecos e atualizações no discurso midiático.

Vamos usar o conceito de Foucault de estratégias discursivas (EDs), ou seja estratégias que “compreendem, em um sistema articulado mas indissociável, objetos, enunciações, conceitos e escolhas teóricas” (FOUCAULT, 1987, p. 77).

Para compreendermos as EDs sobre relações raciais, foi preciso buscar os possíveis pontos de difração do discurso, os pontos de equivalência (aqueles que formam a alternativa, ou isso ou aquilo), os pontos de ligação para depois questionarmos se o discurso estudado tem alguma analogia, oposição ou complementaridade com algum(ns) outro(s) discursos. Foi precisa ainda buscar a função que exerce o discurso estudado em um campo de práticas não discursivas: as políticas e econômicas, as práticas cotidianas, ou seja, o processo de apropriação do discurso.

Nossa pesquisa foi realizada em três etapas.

Na primeira, buscamos o tecido de historicidade do discurso sobre relações raciais no Brasil. Analisamos materiais históricos que trazem à tona as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil: textos políticos de José Bonifácio de Andrada e Silva, a obra *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, artigos publicados pela



Gazeta Medica do Brasil e o *Brazil Médico* (jornais publicados pelas duas faculdades de medicina existentes no Brasil no primeiro período do Brasil República, de 1889 a 1930, escritos de Euclides da Cunha, Lima Barreto e Monteiro Lobato, a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, o romance *Jubiabá*, de Jorge Amado, os manifestos da Legião Negra, de 1932, e o do Dia Nacional da Consciência Negra, de 1978.

Escolhemos esses textos por entender que neles estão enunciadas algumas das mais representativas teorias explicativas do Brasil que podem nos ajudar a “desvendar nossas origens” (ORTIZ, 1985, p. 13).

Sodré (1999) nos mostra como que aquilo que define o caráter brasileiro pertence ao plano do imaginário social e, com frequência, entra choque com a realidade. Ou para usarmos os conceitos de Chauí (2000), a formação (histórica) e a fundação (simbólica) do Brasil parecem não combinar. Isso nos parece especialmente relevante no estudo das relações raciais no Brasil. Afinal, segundo Ortiz, “o mito das três raças é (...) exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais” (ORTIZ, 1985, p. 44) ou para Sodré, “o discurso da democracia racial entra em contradição com as práticas discriminatórias disseminadas na consciência e no cotidiano do sujeito nacional” (SODRÉ, 1998, p. 95).

Na segunda etapa da pesquisa, usamos como objeto empírico de análise o jornal *O Globo*, em todas as suas edições do ano de 2008. Na sequência, nos debruçamos sobre textos de opinião do jornal, mais especificamente editoriais. Nossa escolha se deu principalmente por entendermos ser o discurso de opinião, do qual o editorial é exemplo privilegiado por representar a opinião institucional do veículo, local estratégico da constituição do discurso político social, como nos propõe Ramos (2000).

Eles substituem frequentemente as instâncias oficiais (...); assumem-se como entidades de uma re-criação do real, constituindo, ao nível sócio-político, uma rede de poderes, e ao nível lingüístico uma pluralidade de modos de significação, de códigos e de competência;(...). E, se a vida social e política se rege por relações de consenso/conflito, também o jornal se define e pronuncia nesses termos⁵.

(RAMOS, 2000, p. 1)

Na terceira etapa da investigação, buscamos se e quais seriam os elos discursivos entre as estratégias discursivas sobre relações raciais no Brasil e os enunciados do discurso midiático de opinião do jornal *O Globo* sobre o tema.

⁵ Mantida a grafia original do texto.



O discurso midiático de opinião

O discurso midiático tem suas próprias funções e características. Trata-se de um discurso com função referencial, que pretende dar conta dos acontecimentos do mundo. Trata-se ainda de um discurso com função fática, que pretende o contato com o público.

O discurso midiático é constante. Opera num certo nível de encantamento com seu público. Camufla seus processos de enunciação e procura apagar as marcas de seus processos de produção. Em sua linguagem, opta preferencialmente pela terceira pessoa, a forma verbal da não-pessoa. Em suas dinâmicas produtivas, retira o referencial de seu lugar para depois reorganizá-lo segundo sua lógica de tempo (tamanho das notícias, dinâmicas de blocos e páginas) e espaço (blocos, editorias, cadernos).

Em seu idioma público, a imprensa, normalmente ouve declarações. Mas a imprensa tem também a liberdade de ter opinião. Um jornal diz o que pensa e o expressa em seu próprio idioma público. A essa forma de discurso de opinião institucional de um jornal damos o nome de editorial.

O editorial é “o ponto onde os *media* mais activa e abertamente modelam e estruturam a opinião pública (...), estabelecem uma ponte de mediação crucial entre o aparelho de controlo social e o público⁶” (HALL et al, 1981, in TRAQUINA, 1999, p. 234). Por meio de seu discurso de opinião, um veículo de imprensa ora busca legitimar e reforçar ações ou políticas, trazendo os seus próprios argumentos, ora faz pressão, incitando a opinião pública a apoiar os seus próprios pontos de vista.

Como em qualquer texto, a produção desse discurso de opinião é marcada por suas coordenadas de enunciação. O editorial assume sua estrutura de discurso polêmico, definido pelo “conjunto das suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas [que] se encontra ao serviço de um objectivo dominante, o de desqualificar o objecto que constitui o seu alvo” (RAMOS, 2000, p. 2)⁷. O discurso polêmico reveste-se de um carácter maniqueísta e é fortemente marcado, do ponto de visto enunciativo, por um tom de autoridade.

Em sua coordenada espacial, o discurso de opinião está localizado, no jornal, em espaços dedicados a artigos/colunas de opinião e temas livres, ou seja, um espaço que o jornal dedica e identifica explicitamente. N’*O Globo*, esse lugar é a editoria “Opinião”.

⁶ Mantida a grafia do texto original.

⁷ Mantida a grafia do texto original.



Do ponto de vista do tempo, o editorial reforça o conceito de idioma público e pressupõe que o assunto ali tratado é imediata e facilmente identificável, uma vez que navega pelo universo de conhecimento supostamente partilhado por produtor e leitor, atualizando acontecimentos do dia anterior. Se comparados com a notícia e seu imediatismo e transitoriedade, os artigos de opinião têm maior esperança de vida, por terem maior potencial de buscar referências em estratégias discursivas anteriores e também de serem enunciados em outros textos e estratégias discursivas posteriores.

No discurso de opinião, o locutor/sujeito de enunciação dirige-se a seu leitor. Percebe-se aí um espaço de disputa retórica, entendida aqui como “a arte de persuadir pelo discurso” (REBOUL, 2004, p. XIV), ou seja, de tentativa de convencimento, de se levar alguém a crer em alguma coisa.

O locutor fala, então, em nome de valores universais ou da vida comunitária. Ele se coloca no lugar da representação do “bem” (RAMOS, 2000), dos interesses coletivos.

As estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil

“A raça negra nos deu um povo. (...); ela construiu o nosso país” (NABUCO, 1988, p. 37), escreveu em 1883 Joaquim Nabuco em sua obra, *O Abolicionismo*. Desde que o Brasil começou a ser gestado como nação, no século 19, a construção de uma ideologia do Brasil ocupou-se das relações raciais como uma de suas bases fundantes.

Buscamos as diferentes estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil a partir do seguinte caminho metodológico:

- a) Observamos e percebemos que era preciso identificar no tempo o tecido de historicidade do discurso sobre as relações raciais no Brasil;
- b) A partir da mediação teórica da Análise do Discurso, percebemos ainda que os efeitos de evidência sobre o discurso das relações raciais no Brasil poderiam ser identificadas ao longo do processo da construção da idéia do Brasil como nação ou a ideologia do Brasil;
- c) Optamos, então, em nossa tarefa de analista, por seguir a proposta de caracterização cronológica de Chauí (2000) no eixo da construção do caráter nacional e da busca por uma identidade nacional que nos possibilitou a identificação de estratégias discursivas que foram, então, numeradas e nomeadas.



Importante lembrar que as EDs nunca estão estanques no tempo. Elas se sobrepõem, chocam-se, realizam movimentos de idas e vindas, de síntese e antítese. A partir dos preceitos da AD, acreditamos ter o discurso uma relação sempre dialética com a estrutura social que o molda, o atravessa, o emoldura, mas é, ao mesmo tempo, alterada por ele. “A perspectiva dialética dá à prática [do discurso] uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Apresentamos, na sequência, as quatro estratégias discursivas sobre as relações raciais que identificamos em nossa pesquisa e alguns de seus principais enunciados.

A primeira estratégia discursiva

É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política.
(ANDRADA E SILVA, in CADERNOS DE HISTÓRIA, 1964, apud MACIEL, 2007, p.28).

Denominamos a primeira ED a do “sujeito negro coisificado”. Emergida nos escritos de José Bonifácio Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, essa estratégia define e é definida nos quase 70 anos da formação do Brasil Estado-nação (1822 a 1888).

Tal coisificação, ou seja, o dessasujeitamento, está construída em torno da instituição da escravidão. A partir dos textos analisados, encontramos nessa estratégia discursiva os seguintes enunciados: atribuição de ausência de consciência do negro escravo; um projeto de homogeneização do Brasil (a heterogeneidade racial, segundo as palavras de Andrada e Silva, tornariam o país potencialmente mais frágil às convulsões políticas, para evitar tumultos, seria preciso criar “um todo homogêneo”; de silenciamento (não há menção à escravidão na primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824; de desumanização do sujeito negro (os escravos foram feitos “brutos animais”, segundo as palavras de Andrada e Silva).

A segunda estratégia discursiva

A mestiçagem deve ser até certo ponto encarada psicologicamente como factor de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências portadores de caracteres étnicos diversos e condições especiaes que sob as influências mesológicas devem trazer uma perturbação inevitável na organização do equilíbrio inobstavel. A



mestiçagem extremada aqui encontrada...retarda ou dificulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres atávicos de indivíduos mergulhados na noite dos tempos. É preciso mudar as raças⁸.

(Gazeta Médica da Bahia, 1923, apud SCHWARCZ, 2007, p.216).

No período entre o final do século 19 e a década de 30 do século 20, o Brasil é marcado por uma emergente ciência brasileira, que pretende ajudar a fundar o país tendo como base o atrelamento das ideias de nação moderna e raça (que vários países europeus usaram na primeira metade do século 19). Esse atrelamento será mediado pelas teorias do darwinismo-social e das teorias eugênicas.

Assim, mestiçagem foi vista como doença ou atraso. Nessa ED que identificamos, vimos funcionar enunciados: sobre a mestiçagem como impedimento ao progresso; por um projeto de homogeneização da população brasileira pelo apagamento do elemento mestiço (o que se faria principalmente por estímulo à imigração européia).

A terceira estratégia discursiva

“Somos **duas metades** confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas” (FREYRE, 2003, p. 418).

Emergida na década de 30 do século 20, a terceira ED que identificamos faz emergir o enunciado da mistura de raças que é gostosa e alegre, em seu processo e em seu resultado. Embora Gilberto Freyre e Jorge Amado reconheçam que há marcas de violência nessa mistura, lembram que nela não há ódio. O negro/escravo é “colaborador”, seja no uso de seu braço na lavoura, seja com sua macumba que empresta ao velho senhor de escravo os elixires que lhes permitem viver as últimas alegrias de homens (Freyre, 2003). A mulher negra é lócus dessa mistura. A religião, por sua vez, é lugar de confraternização de negros e brancos, numa lógica “sensata e prudente”, que permite formar duas metades que se complementam.

Nesse momento, como propõe Ortiz:

O mito das três raças torna-se então plausível (...). A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada, pode difundir-se socialmente e tornar-se senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos

⁸ Mantida a grafia original.

grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.

(ORTIZ, 1985, p. 41)

A quarta estratégia discursiva

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi (...) hoje estamos reunidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira (...), onde haja participação real e justa do negro, uma vez que somos os mais oprimidos dos oprimidos. (...) Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração que a que estamos submetidos, lutando contra o racismo e toda e qualquer forma de opressão existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade, visando uma real emancipação política, econômica, social e cultural.

(Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, 1978 apud SOUSA in ORLANDI, 1993, p. 59).

A quarta ED identificada na pesquisa vê emergir enunciados propostos pelos movimentos negros. Com o Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, institui-se discursivamente “um campo da subjetividade negra” (Sousa, 1993).

Essa estratégia discursiva está construída a partir da a ideia do orgulho de ser negro e da ideia de um sujeito negro ativo, que reivindica uma “participação real e justa” na sociedade brasileira (“construtores”, “valente”).

Paráfrases

A paráfrase é a origem do sentido, uma vez que não há sentido sem repetição.

A partir dessas quatro EDs sobre as relações raciais no Brasil, podemos ver como o discurso retorna aos mesmos espaços do dizer. Identificamos nessas EDs:

a) Uma ideia de homogeneidade. Essa ideia é base do discurso sobre as relações raciais no Brasil. Ela se movimenta entre o desejo de um todo homogêneo e inquebrantável (ED1), para um projeto de homogeneidade eugênico (a homogeneidade deveria se dar pelo embranquecimento da população - ED2), para depois se tornar um projeto de homogeneidade que resulta no surgimento de um homem ideal para os trópicos (FREYRE, 2003), um homogêneo formado da mistura alegre de raças que transforma brancos e negros em duas metades confraternizantes (ED3).

b) Uma ideia de silenciamento. Erguida sobre a base da homogeneidade, o discurso sobre as relações raciais no Brasil silencia a possibilidade da diferença.

Silencia pela não-inclusão da menção à escravidão na primeira Constituição, (ED1), por pretender o apagamento de nossa raiz negra ao propor o branqueamento da população (ED2), por calar o processo de formação étnico-fenotípica do Brasil ao atribuir à mestiçagem o advérbio “gostosamente” (FREYRE, 2003), sem reconhecer que a mistura foi feita também a partir do abuso e da violência.

Na quarta estratégia discursiva identificada nesta pesquisa, encontramos uma polissemia, aquilo que traz o novo ao discurso, o espaço do deslocamento e da criação: o sujeito negro falado na primeira pessoa “nós”), o sujeito negro que se refere.

A análise do discurso de opinião d’O Globo

Para efeitos da produção da pesquisa de mestrado que deu origem a este artigo, foi preciso acompanhar o jornal *O Globo* ao longo de um ano de pesquisa (de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008⁹). Construimos nosso dispositivo analítico a partir de mais de 700 matérias que identificamos e que tratavam do tema das relações raciais.

Para efeitos deste artigo, porém, vamos destacar apenas um dos editoriais, publicado pelo jornal *O Globo* no dia 6 de janeiro de 2008. Sob o título *Grave ameaça*, foi publicado na página 6, na editoria de Opinião do jornal.

Ao texto¹⁰ e sua análise:

É odiosa qualquer manifestação de racismo, acertadamente punida por legislação específica. Tão mais condenável se torna o crime quando consideramos ser o Brasil uma nação miscigenada, em que não pode haver espaço para choques de cunho racial.

Ao importar modelos aplicados em sociedades diferentes da nossa, como as cotas na Universidade – contestadas na Justiça nos Estados Unidos, país-símbolo dessas ações ditas afirmativas -, Brasília sucumbiu a grupos de pressão organizados que se batem por políticas públicas racialistas, uma distorção de perigosas conseqüências.

Tenta-se interpretar a problemática social brasileira pelo ângulo das raças, um conceito rejeitado pela própria ciência. Por esse tipo de visão, o negro tem escolaridade relativamente mais baixa e se situa nos estratos de renda menos beneficiados não por ser pobre, mas por ser negro.

A partir dessa míope interpretação, propõe-se uma série de ações todas elas desafiadoras do princípio constitucional da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos brasileiros.

⁹ Vale destacar que a cobertura sobre o tema das relações raciais no período analisado, foi fortemente impactada pela presença do candidato Barack Obama, o primeiro negro que entrou no processo das prévias eleitorais americanas com chances efetivas de ser eleito o primeiro presidente negro norte-americano. As eleições presidenciais norte-americanas tiveram cobertura diária d’*O Globo*, desde a disputa das primárias do partido Democrata, passando pela escolha de Obama como candidato democrata, sua campanha e a eleição propriamente dita.

¹⁰ O texto do editorial está integralmente transcrito aqui.



As cotas raciais para a Universidade não só discriminam alunos pela cor da pele, mas também cometem uma injustiça com os pobres que não são negros, e por isso não contam com a ajuda desses grupos de pressão. Além disso, ao deixar em plano secundário o mérito acadêmico, essa política conspira a favor da perpetuação de um dramático problema, o da baixa qualidade do ensino. Com isso, coloca-se um grande ponto de interrogação sobre a capacidade que teremos de contar com profissionais à altura dos desafios num mundo inexoravelmente globalizado.

A aplicação dessas políticas reproduzirá no Brasil choques existentes em sociedades com um histórico muito diferente do nosso, em que ainda há o convívio pacífico de várias raças étnicas, um patrimônio hoje sob grave ameaça. E que se tornará irreversível caso o Congresso aprove o estatuto dito da igualdade racial.

Identificamos no editorial *Grave ameaça*:

O título “Grave ameaça” e a metáfora da guerra

A “guerra metafórica” (RAMOS, 2000) que define o discurso polêmico é apresentada no título do editorial. Ramos retoma a origem da palavra polêmica do léxico militar e reforça a proposição de Foucault segundo a qual “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas(...), mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

No editorial analisado, a polêmica reafirma sua natureza verbal, onde “as armas a terçar são as palavras” (RAMOS, 2000, p. 2).

Ao usar o “nós”, o editorial lança mão de uma das estratégias linguísticas identificáveis no discurso de opinião, a cumplicidade e a interpelação direta ao leitor. O locutor “transforma-se, assim, em ‘um dos nossos’” (RAMOS, 2000, p. 7). No caso do editorial, uma potencial vítima de tal da grave ameaça.

Se o locutor é o “nós”, na lógica maniqueísta do discurso polêmico, o “nós” encarna o conjunto de características positivas, contrapondo-se ao “eles”, os “*grupos de pressão organizados que se batem por políticas públicas racialistas*”.

A luta pelo discurso procura convencer e para tal procura aniquilar seu adversário discursivo.

Cotas e ações afirmativas, a desqualificação por sinonímia

O editorial trata como sinônimos idênticos as políticas afirmativas e as cotas raciais. Políticas de ações afirmativas são um novo campo de políticas públicas, as cotas são apenas um de seus instrumentos. Reduzir ações afirmativas a cotas é parte de uma construção para a desqualificação – característica importante do discurso de opinião.



As ações ditas afirmativas, efeito de sentido

A desqualificação reforça-se na sequência do texto, com o uso do adjunto adnominal “ditas afirmativas” para qualificar o substantivo “ações”. Na língua portuguesa, o mais comum é usar a expressão “dito/dita” para subentendidamente desqualificar o nome (dito é tanto sinônimo de “mencionado” como de “mexerico”).

O editorial *Grave ameaça* também adjetiva as políticas de ação afirmativa com o o adjetivo “*racialistas*” sem explicá-lo. Essa nos parece outra estratégia enunciativa e argumentativa do discurso polêmico, a de lançar mão de expressões técnicas, propositalmente não explicadas, para procurar imprimir autoridade à argumentação.

Em busca do todo homogêneo, “o Brasil, uma nação miscigenada”

O editorial procura consagrar-se num espaço de autoridade e legitimidade ao usar o lugar-comum, o que parece verdadeiro. Trabalha para imputar respeitabilidade, o que é próprio do discurso de opinião e sua estrutura de discurso polêmico.

O jornal apoia-se na ideia de que o Brasil é uma nação miscigenada, logo, é uma nação sem conflitos raciais. Esse é o ideal da nação mestiça a qual vimos falar nas EDs 1 e 3 identificadas em nossa pesquisa e apresentadas acima.

“Distorção perigosa”, novamente a metáfora da guerra

O discurso do editorial d’*O Globo* retoma o campo da guerra metafórica para sustentar que tais políticas “ditas afirmativas” “são uma distorção” e, mais, uma distorção adjetivada como “perigosa.

Neste ponto, o editorial, como discurso polêmico, reveste-se do caráter maniqueísta “onde se define uma instância que congrega todas as qualidades e virtudes, pertinentes ou não para o fim evocado, e uma outra (o alvo definido) acusada, mais ou menos declaradamente, de simbolizar o oposto” (RAMOS, 2000, p. 3).

Cotas discriminatórias, a estratégia da reversão

O editorial usa a estrutura polêmica para sustentar que as cotas raciais, criadas para o enfrentamento da discriminação, são, elas próprias discriminatórias. Aqui vemos funcionar uma das estratégias de negação do racismo chamada de reversão, a forma mais radical de negação do racismo, uma estratégia de (contra)ataque.

Na reversão, se uma pessoa (ou grupo) acusa o outro de racista, ela é, por sua vez, acusada de racismo, de ser intolerante e de ver racismo onde ele não existe. O acusado reverte a acusação: “*Nós* não somos culpados de nenhum ato negativo, *eles* é que são.



Ou: *nós* não somos racistas, eles é que são os *verdadeiros* racistas¹¹” (VAN DIJK, 2008, p. 165). Para o público, o texto de opinião cria a dúvida: afinal, quem discrimina?

Argumentos de emoção, o ideal da democracia

Retomando a operação que Ramos (2000) define como maniqueísta, o editorial opera também “recorrendo a argumentos de índole intelectual ou emotiva”. Em seu quinto parágrafo, lança mão das ideias de justiça (no seu oposto “*injustiça*”) e de meritocracia (o “*mérito acadêmico*”). A meritocracia é apresentada em situação de risco: a política de “*ações ditas afirmativas conspira*” contra ela.

Ambas as ideias – justiça e meritocracia - fazem parte do ideal de democracia e são, portanto, ideias caras à opinião pública.

No caso ainda da ideia de meritocracia, vemos a política de cotas ao “conspirar” contra tal ideia, lançar uma dúvida – “*um ponto de interrogação*” - sobre as possibilidades de desenvolvimento do país. A política de cotas, segundo *O Globo*, coloca em xeque a capacidade que teremos – retoma-se aqui o verbo na primeira pessoa do plural que cria cumplicidade com o leitor – de sermos um país competitivo.

Variedade étnica é patrimônio

A ideia da ausência de conflito, que emerge do todo “homogêneo e compacto” que vimos na ED1, ressurge no discurso do editorial *Grave ameaça*, quando a política de cotas é então apresentada como um risco a esse convívio pacífico que sempre marcou o Brasil, lugar onde a “*variedade étnica*” é um patrimônio.

Essa não-divisão é apresentada como um patrimônio brasileiro, formado, como vimos na ED 3, sobre a mestiçagem positiva.

O golpe final

No fecho do texto, o discurso do editorial retoma seu conjunto de propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas, dentro do mecanismo da guerra metafórica, para ajudar o leitor a concluir que, diante de seus enunciados, a ameaça das cotas é de tal forma grave que desenha-se “irreversível”. A desqualificação do objeto que constitui o adversário discursivo do discurso de opinião do jornal *O Globo*, as políticas “didas de ação afirmativas” recebe então seu golpe final, aquele que pretende aniquilar metaforicamente esse adversário discursivo.

¹¹ Grifos do texto original.



Conclusões

Buscando as lógicas de ligação entre as EDs identificadas e o discurso de opinião do jornal *O Globo*, podemos concluir que o jornal, quando fala das relações raciais no Brasil em seu discurso de opinião, usa o esquema da comunicação polêmica (RAMOS, 2000) para ecoar os enunciados das estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil, identificadas nesta pesquisa.

Em seu discurso de opinião, o jornal *O Globo* enuncia que:

a) a identidade do Brasil-nação está ancorada numa homogeneidade racial.

O discurso de opinião do jornal *O Globo* retoma a idéia de nação compacta e homogênea. Assim, o debate de políticas de ação afirmativa não teria razão nem espaço e representaria “grave ameaça”.

b) da homogeneidade deriva o não-conflito.

Se somos uma nação homogênea, alcançamos o ideal do “todo inquebrantável” que vimos falar na primeira ED identificada em nossa pesquisa. Não há ódio, como vimos na ED 3.

O discurso de opinião do jornal *O Globo*, com sua estrutura polêmica, enuncia que as políticas públicas baseadas em identidades derivadas das relações raciais representam potencial de conflito, com “perigosas consequências”. Ao optar por tais políticas, o editorial defende que o Brasil importaria de outras sociedades não somente seus modelos, mas também seus conflitos. Aqui não houve/ há conflitos. Por que, então, debateríamos políticas que representassem ameaças de conflitos?

c) o sujeito negro dilui-se.

Em seu discurso de opinião, *O Globo* cala o sujeito negro, retomando o silêncio das EDs sobre as relações raciais no Brasil identificadas em nossa pesquisa. O sujeito negro está diluído entre “os pobres que não são negros”, está sem nome quando ações para negros são articuladas por “esses grupos de pressão”.

O que vemos, portanto, nas lógicas de ligação entre as estratégias discursivas identificadas por esta pesquisa e o discurso de opinião do jornal *O Globo* são efeitos de sentido que reforçam que no Brasil não é desejável que se discuta relações raciais, ora porque somos homogêneos, ora porque é perigoso.

Referências bibliográficas

- CHAUÍ, M. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
_____. *A ordem do discurso*. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006,
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global editora, 2003.
- HALL, Stuart. et al. *A produção social das notícias: os mugging nos media*, in Traquina, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.
- MACIEL, F. *O Brasil-nação como ideologia – a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MARIANI, B. S. C. *Os primórdios da imprensa no Brasil* (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória, in ORLANDI, Eni. *Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2003.
- NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso – Princípios e procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 1999.
_____. *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2003.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- PÊCHEUX, M. *Ler o arquivo hoje*, in Orlandi, E. (org) et al. *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RAMOS, R. L. *O discurso de opinião como discurso polêmico: aspectos de sua configuração e da interação social*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/2906>. Acesso em: 26 Mar.2009.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, J. R. *O Negro como Lugar*, in MAIO, M. & SANTOS, R. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- SODRÉ, M.. *Claros e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOUZA, P. *A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil*, in ORLANDI, Eni. *Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2003.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- WIEVIORKA, M. *Le racisme, une introduction*. Paris: Editions La Découverte, 1998.